**DECLARAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA SOBRE O PROJETO BÁSICO, EXECUTIVO E DEMAIS PEÇAS TÉCNICAS E ADEQUAÇÃO RDC**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23419.000050/2019-07**

**REFERÊNCIA: RDC Nº 01/2019**

**OBJETO: *Contratação de Empresa especializada para implantação do PPCI (PLANO DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO) do IFRS - Campus Veranópolis***

Tendo em vista que as peças técnicas foram elaboradas pela responsável técnica Caroline Leal Prates, membro desta Diretoria de Planejamento e Obras, em colaboração com o corpo técnico da DPO e buscou atender as peculiaridades da reforma e das normas técnicas vigentes, bem como os modelos existentes e indicados pelos órgãos reguladores o **PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO ATENDEM, salvo melhor juízo, as necessidades OBRA ESPECIFICADA ACIMA, assim apresentam (a) os projetos complementares necessários, (b) a composição dos custos, (c) aprovação do órgão competentes, quando aplicável, e a instrução do processo de RDC em questão e o disposto no art. 2º, IV, da Lei 12.462/2011 e seu parágrafo único, a saber:**

*IV - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para, observado o disposto no parágrafo único deste artigo:*

*a) caracterizar a obra ou serviço de engenharia, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares;*

*b) assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento; e*

*c) possibilitar a avaliação do custo da obra ou serviço e a definição dos métodos e do prazo de execução;*

*Parágrafo único.  O projeto básico referido no inciso IV do caput deste artigo deverá conter, no mínimo, sem frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório, os seguintes elementos:*

*I - desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar seus elementos constitutivos com clareza;*

*II - soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a restringir a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem a situações devidamente comprovadas em ato motivado da administração pública;*

*III - identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento;*

*IV - informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra;*

*V - subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso, exceto, em relação à respectiva licitação, na hipótese de contratação integrada;*

*VI - orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados****.***

Bento Gonçalves, 10 de janeiro de 2019.

Renato Pereira Monteiro

Diretor de Planejamento e Obras

Caroline Leal Prates

Engenheira de Segurança do Trabalho

**JUSTIFICATIVA ADICIONAIS EM RELAÇÃO AO REGIME DA EMPREITADA, MAIOR DESCONTO UNITÁRIOS E ESCOLHA DO RDC**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23419.000050/2019-07**

**REFERÊNCIA: RDC Nº01/2019**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DO PPCI CAMPUS VERANÓPOLIS**

1. **Em relação ao regime de empreitada – PREÇO UNITÁRIO**

Inicialmente destacamos que o Roteiro de Auditoria de Obras Públicas, cuja segunda revisão foi aprovada pela Portaria-SEGECEX nº 33, de 07 de novembro de 2012, publicada no Boletim do Tribunal de Contas de União de 11 de dezembro de 2013, traz um interessante diagnóstico sobre o tema:

321. As maiores controvérsias quanto à escolha e à operacionalização de determinado regime de execução referem-se às empreitadas. Pela letra da lei, não fica claro como e quando utilizar cada um dos regimes de execução por empreitada definidos pelo legislador.

322. A escolha do regime de execução da obra não é decisão de livre arbítrio do gestor, **visto que deve ser pautada pelo interesse público e estar sempre motivada**, pois impactará as relações entre contratado e contratante, as medições do contrato firmado, seus aditivos, entre outros fatores relacionados à gestão do empreendimento contratado. **Decorre desse entendimento a constatação de que não existe, em tese, um regime de execução melhor que outro, e sim um regime que, no caso concreto, melhor atende ao interesse público**. (TCU, 2012: 76 – sublinhado nosso)

Os “regimes de empreitada” referidos no título nada mais são do que os regimes de execução previstos na Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos – LLC). Entende-se por regime de execução “a forma pela qual o objeto do contrato será executado” (TCU, 2010: 674), conforme esteja planejando a administração. A LLC arrola quatro regimes de execução indireta, a saber: a) empreitada por preço global; b) empreitada por preço unitário; c) tarefa e d) empreitada integral.

 A opção pelo regime de preço unitário se deu pela característica do objeto e pelo interesse público. Considerando que:

1. *Trata-se de uma obra de pequeno valor;*
2. *Trata-se de questões relacionadas ao PPCI;*
3. *A existência de poucos itens envolvidos;*
4. *A destinação de sua execução por empresas de pequeno porte e a condição de caixa destas empresas.*

O entendimento da administração neste caso é que o enquadramento na empreitada por preço unitário é o mais adequando ao caso em tela. Como bem colocam Moreira e Guimarães, “a definição do regime de execução é relevante para definir a disciplina jurídica da remuneração do contratado e as consequências de seu inadimplemento” (2012: 194). Em certa ocasião, o TCU entendeu, assim como a doutrina, que o regime de execução deveria ser escolhido em função da forma de pagamento a ser feita, exarando a seguinte recomendação: “Estabeleça o regime de execução contratual de acordo com o critério de apuração do valor a ser pago ao particular, observando os conceitos fixados no art. 6º, inciso VIII, alíneas a e b, da Lei no 8.666/1993” (Acórdão nº 337/2005 Plenário) – sublinhamos. Na mesma linha de entendimento, Altounian assevera que “a diferença básica [entre a empreitada por preço unitário e a empreitada global] está na forma em que os serviços contratados serão medidos e pagos” (2012: 187).

Neste sentido não queremos impedir empresas da região de pequeno porte de impedir sua participação, como forma de desenvolver a economia local. Em razão das característica da obra e de seu cronograma o pagamento faseado por meio de medições frequentes viabilizará uma competição maior e uma correção entre o executado e pago, mantendo o equilíbrio econômico financeiro, pois a margem de lucro das empresas é pequeno pelo montante envolvido na obra e se não o fizermos por meio de medição, podemos ter uma licitação deserta. Nosso entender coaduna como o que dispõe o art. 14 do Decreto nº 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.

Art. 14.  A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

Parágrafo único.  **Em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço unitário e tarefa, a diferença a que se refere o caput poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma deste Decreto, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.**

1. **Critério de Julgamento da Proposta – Maior desconto unitário**

O critério mais comum de julgamento é a avaliação do preço global da proposta. No entanto, ele não é suficiente para garantir a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração. Para isso, é necessário que o edital preveja o controle dos preços unitários de cada item da planilha e estabeleça o critério de aceitabilidade desses valores

No caso específico do RDC o artigo 25 do Decreto nº 7.581/2011, estabeleceu:

*Art. 25.  Poderão ser utilizados como critérios de julgamento:*

***I - menor preço ou maior desconto;***

*(...)*

O Tema ainda foi contemplando nos artigos 26 e 27 do referido decreto:

*Art. 26.  O critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto considerará o menor dispêndio para a administração pública, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no instrumento convocatório.*

*(...)*

*Art. 27.  O critério de julgamento por maior desconto utilizará como referência o preço total estimado, fixado pelo instrumento convocatório.*

*Parágrafo único.  No caso de obras ou serviços de engenharia, o percentual de desconto apresentado pelos licitantes incidirá linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório*

Neste sentido em consonância com a legislação o critério de julgamento será o maior desconto unitário que deverá ser linear em todos os preços de todos os itens do orçamento estimado no ativo convocatório.

1. **Escolha do RDC**

Tendo em vista que a Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, instituiu o Regime Diferenciado de Contratações e em seu artigo 1º definiu:

*Art. 1ª  É instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização:*

 *(...)*

*§ 3º  Além das hipóteses previstas no caput, o RDC também é aplicável às licitações e aos contratos necessários à realização de obras e* ***serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino e de pesquisa, ciência e tecnologia.***

O IFRS é uma autarquia do Governo Federal destinada ao ensino, pesquisa e extensão criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar e que tem por finalidade e característica, conforme seu artigo 6º:

*Art. 6º  Os Institutos Federais têm por finalidades e características:*

*I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;*

*II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;*

*III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;*

*IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;*

*V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;*

*VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;*

*VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;*

*VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;*

*IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.*

Neste sentido objetivando ampliar a eficiência nas contratações públicas e a competitividade entre os licitantes e assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública optamos neste caso pelo RDC para a licitação em questão.

Bento Gonçalves, 12 de março de 2019.

Renato Pereira Monteiro

Diretor de Planejamento e Obras

Constance Manfredini

Coordenadora de Planejamento